



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
ESCOLA SECUNDÁRIA EÇA DE QUEIRÓS | 401675
PÓVOA DE VARZIM

Disciplina – **Direito**

Código - **329**

2016/2017

Informação - Prova de Equivalência à Frequência

Direito

Código da Prova 329/2017

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, na redação atual. Regulamento de Exames.

1. Introdução

As informações sobre a prova apresentadas neste documento não dispensam a consulta da legislação referida e do Programa da disciplina.

O presente documento dá a conhecer os seguintes aspetos relativos à prova:

- ❖ O objeto de avaliação;
- ❖ As características e a estrutura;
- ❖ Os critérios de classificação;
- ❖ O material;
- ❖ A duração.

A avaliação sumativa, realizada através de uma prova escrita de duração limitada, só permite avaliar parte dos conhecimentos e das competências enunciados no Programa. Assim, a resolução da prova pode implicar a mobilização de aprendizagens inscritas no Programa, mas não expressas no objeto de avaliação identificado no ponto 2 deste documento.

2. Objeto de avaliação

A prova de equivalência à frequência tem por referência o programa de DIREITO.

Considera-se, pois, condição para o entendimento desta informação a leitura do Programa.

A prova incide sobre a aprendizagem correspondente ao programa do 12º ano.

Objetivos específicos	Conteúdos específicos
<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a natureza eminentemente social do Homem, a qual implica uma constante interação Homem/Sociedade e uma adequada existência de normas • Compreender o Direito como ordem social normativa • Conhecer as diversas ordens sociais normativas • Compreender as características das normas jurídicas • Compreender o Direito como produto cultural • Refletir o Direito como “produto” criado pelo Homem e adaptado à dinâmica da sociedade • Referir os valores fundamentais do Direito: Justiça, Segurança e Equidade • Compreender o conceito de mudança social e os seus reflexos na evolução do Direito • Conhecer a noção de personalidade jurídica • Distinguir entre personalidade jurídica e capacidade jurídica • Conhecer os direitos da personalidade; direitos civis e políticos; direitos económicos e sociais • Conhecer o conceito e a importância do Direito Constitucional • Referir a noção de Constituição • Compreender a relevância da C.R.P. no conjunto do edifício jurídico • Referir as três gerações dos Direitos Humanos • Analisar os mecanismos de defesa dos D.H. no mundo atual • Distinguir Direito Público de Direito Privado • Conhecer o conceito de estado e respetivos elementos: comunidade, território e poder político • Refletir sobre situações onde se verifique a inexistência de um ou mais desses elementos • Distinguir poder político de soberania • Caracterizar e distinguir as diversas funções do Estado: política, legislativa, administrativa e judicial • Articular as funções com os órgãos do Estado • Conhecer os diversos órgãos de soberania e respetiva composição e funções • Articular o funcionamento dos diversos órgãos de soberania • Identificar as características essenciais de um Estado de Direito • Analisar a evolução social e jurídica inerente à transição do Estado Liberal de Direito para o 	<p>TEMA I- O HOMEM, A SOCIEDADE E O DIREITO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. A problemática da ordem social <ol style="list-style-type: none"> 1.1. A natureza social do Homem 1.2. A necessidade da existência do Direito 1.3. As diversas ordens sociais normativas 1.4. O Direito como produto cultural 1.5. O Direito e a evolução social 2 – A pessoa, fundamento e fim da ordem jurídica <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Noção de personalidade jurídica 2.2. Direito Constitucional – conceito e importância 2.3. Os direitos fundamentais dos cidadãos – direitos, liberdades e garantias 2.4. A problemática dos Direitos Humanos <p>TEMA II: O DIREITO E A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Estado - Sociedade politicamente organizada <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Direito Público e Direito Privado 1.2. Noção e elementos do Estado 1.3. Poderes e funções do Estado 1.4. Órgãos de soberania 1.5. Do Estado de Direito ao Estado Social de Direito

<p>Estado Social de Direito</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definir comunidade internacional • Refletir sobre o mundo atual como um espaço globalizado e com crescentes relações internacionais • Alertar para o facto de o Estado correr o risco de ser ultrapassado por certos poderes resultantes da globalização • Definir Direito Internacional Público • Destacar as especificidades do D.I.P. • Distinguir D.I.P. e Direito Interno • Identificar as fontes de D.I.P. • Problematizar a eficácia do D.I.P. • Conhecer o Direito Comunitário • Referir as várias fases da integração europeia, desde a CEE até à UE • Conhecer a estrutura orgânica da Comunidade Europeia • Distinguir Direito Comunitário de Direito Interno • Compreender o princípio da receção automática consagrado no artigo 8º da C.R.P. <ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o conceito de “fontes de direito” • Dar uma noção de lei • Distinguir direito substantivo de direito adjetivo • Distinguir: <ul style="list-style-type: none"> ◆ Lei em sentido amplo e lei em sentido restrito ◆ Lei em sentido material e lei em sentido formal ◆ Lei constitucional e lei ordinária • Analisar as principais fases do processo de elaboração das leis • Refletir sobre a importância da <i>vacatio legis</i> • Distinguir entre revogação e caducidade • Estabelecer a hierarquia das leis • Distinguir entre regulamentos e diretivas comunitárias • Analisar o conceito de jurisprudência • Distinguir as diferentes decisões dos tribunais: despachos, sentenças e acórdãos • Esclarecer a importância da doutrina na prática jurídica • Referir a noção de tratado internacional • Analisar o valor dos tratados internacionais como fonte de direito à luz da constituição • Enquadrar a problemática do controlo da legalidade • Relacionar o princípio da legalidade com os direitos fundamentais dos cidadãos • Referir sumariamente a reclamação, o recurso 	<p>TEMA III: A COMUNIDADE INTERNACIONAL</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O Direito Internacional <ol style="list-style-type: none"> 1.1. As relações internacionais 1.2. O Direito Internacional <ol style="list-style-type: none"> 2 – O Direito Comunitário <ol style="list-style-type: none"> 2.1. O Direito Comunitário 2.2. Estrutura orgânica da Comunidade – breve referência 2.3. Direito Comunitário e Direito Interno <p>TEMA IV: AS FONTES DO DIREITO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. As Fontes do Direito no Sistema Jurídico Português <ol style="list-style-type: none"> 1.1. A Lei <ol style="list-style-type: none"> 1.1.1. Os vários sentidos da lei 1.1.2. Processo de elaboração das leis 1.1.3. O início e o termo de vigência da lei 1.1.4. A hierarquia das leis 1.2. O Costume 1.3. A Jurisprudência 1.4. A Doutrina 1.5. Os Tratados Internacionais 2. O controlo da legalidade <ol style="list-style-type: none"> 2.1. O controlo da legalidade <ol style="list-style-type: none"> 2.1.1. Legalidade e Direitos Fundamentais 2.2. Mecanismos de defesa do cidadão perante a Administração Pública
--	--

<p>hierárquico e o recurso contencioso como formas de o cidadão se defender contra atos da Administração</p> <ul style="list-style-type: none"> • Explicar o conceito de relação jurídica • Dar uma noção de direito subjetivo • Distinguir direitos subjetivos, propriamente ditos, de direitos potestativos • Distinguir dever jurídico de sujeição • Identificar os elementos de qualquer relação jurídica • Identificar o sujeito ativo e o sujeito passivo • Conhecer a noção de capacidade jurídica • Distinguir a capacidade jurídica ou de gozo de capacidade de exercício de direitos • Conhecer as principais situações de incapacidade • Dar uma noção de objecto • Distinguir objecto imediato de mediato • Conhecer os possíveis objectos de relação jurídica • Destacar os direitos de personalidade • Compreender que nem todos os factos são relevantes para o Direito • Identificar o facto jurídico • Exemplificar actos jurídicos lícitos e ilícitos • Distinguir o negócio jurídico do simples acto jurídico • Conhecer os elementos essenciais do negócio jurídico • Diferenciar os diversos tipos de negócios jurídicos • Distinguir garantias pessoais e reais <ul style="list-style-type: none"> • Distinguir entre profissões jurídicas e parajurídicas • Identificar as profissões jurídicas: advogado, magistrado, notário e conservador • Relacionar com as principais funções e deveres de cada profissão • Referir a formação prévia inerente a cada profissão • Identificar outras profissões próximas das jurídicas: os diplomatas, os deputados, os governantes e os autarcas 	<p>TEMA V: A RELAÇÃO JURIDICA</p> <p>1. Direitos e Deveres Jurídicos</p> <p>1.1.Noção de Relação Jurídica</p> <p>1.2. Direito subjetivo e dever jurídico</p> <p>1.3.Direito potestativo e sujeição</p> <p>2. Elementos da relação jurídica</p> <p>2.1. Os Sujeitos</p> <p>2.2. O Objecto</p> <p>2.3. O Facto jurídico</p> <p>2.3.1. O negócio jurídico</p> <p>2.4. A Garantia das Obrigações – breve referência</p> <p>TEMA VI: A PRÁTICA DO DIREITO</p> <p>- As profissões jurídicas e parajurídicas</p>
---	---

3. Caracterização da prova

A prova tem uma versão.

A prova apresenta 4 grupos de itens.

Os itens têm como suporte textos.

A sequência dos itens da prova pode não corresponder à sequência das unidades temáticas no Programa da disciplina.

Alguns itens podem envolver a mobilização de aprendizagens relativas a mais do que um tema do programa.

A estrutura da prova sintetiza-se no quadro seguinte.

Grupo	Tipologia de itens	Nº itens	Cotação (em pontos)
I	Itens de construção ❖ Resposta extensa	1	15
	❖ Resposta curta	2	35
II	Itens de construção ❖ Resposta curta	3	55
III	Itens de construção ❖ Resposta curta	4	65
IV	Itens de construção ❖ Resposta extensa	1	30

4. Critérios de classificação

A prova é cotada na escala de 0 a 200 pontos.

A classificação a atribuir a cada resposta resulta da aplicação dos critérios gerais e dos critérios específicos de classificação apresentados para cada item e é expressa por um número inteiro.

As respostas ilegíveis ou que não possam ser claramente identificadas são classificadas com zero pontos.

No ano letivo 2016/2017, na classificação das provas de equivalência à frequência, somente serão consideradas corretas as grafias que seguirem o que se encontra previsto no Acordo Ortográfico atualmente em vigor.

Os critérios específicos de classificação estão organizados por níveis de desempenho. As pontuações correspondentes a esses níveis são fixas, não podendo ser atribuídas classificações diferentes das indicadas.

São previstos níveis intercalares de desempenho que não se encontram descritos, de modo a que sejam contempladas possíveis variações nas respostas dos examinandos.

Qualquer resposta que não corresponda ao nível mais alto descrito é integrada num dos níveis inferiores, de acordo com o desempenho observado.

Caso a resposta apresente um nível de desempenho inferior ao mais baixo descrito, é classificada com zero pontos.

Os critérios de classificação têm por base os descritores enunciados para as competências constantes do Programa.

- **Itens de construção**

Resposta curta - as respostas são classificadas de acordo com os elementos solicitados e apresentados.

Resposta extensa - a classificação das respostas traduz a avaliação simultânea das competências específicas da disciplina e das competências de comunicação escrita em Língua Portuguesa, tendo em conta o rigor científico dos conteúdos e a organização lógico-temática das ideias expressas no texto elaborado.

5. Material

As respostas são registadas em folha própria, fornecida pelo estabelecimento de ensino (modelo oficial).

O aluno apenas pode usar na prova, como material de escrita, caneta ou esferográfica de tinta indelével, azul ou preta e a Constituição da República Portuguesa não anotada (7ª revisão – 1/2005, de 12 de Agosto)

Não é permitido o uso de corretor.

6. Duração

A prova tem a duração de 90 (noventa) minutos, sem tolerância.

FIM